

11.2019

# SUELI CARNEIRO

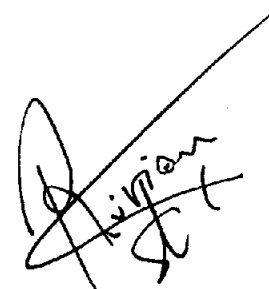
PREFÁCIO  
CONCEIÇÃO  
EVARISTO

APRESENTAÇÃO  
DJAMILA  
RIBEIRO

## ESCRITOS DE UMA VIDA

SUELI  
CARNEIRO

Pólen  
livros

Handwritten signature, possibly reading "Hiliana" or similar.

Se a provocação de Conceição me trouxe o desejo de corresponder à inquirição da minha mais velha, sair da inércia para realizar o ato final necessitou do voluntarismo implacável de Djamila Ribeiro, que decretou a hora do acontecer.

Assim surge este livro ungido pela licença de minha mais velha Conceição Evaristo, por meio de quem tenho a pretensão de honrar a nossa geração de combatentes, em especial à memória de Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez. Surge também desse acolhimento de minha mais nova, Djamila Ribeiro, em quem reconheço a generosidade das novas gerações com o nosso legado.

SUELI CARNEIRO

# Mulher negra

## 1. Introdução

---

**A intenção inicial deste trabalho** era empreender uma análise da evolução da situação socioeconômica da mulher negra brasileira na Década da Mulher, em conformidade com os objetivos expressos na Conferência do Ano Internacional da Mulher, realizada no México, em 1975.

No entanto, tal avaliação fica prejudicada por alguns problemas característicos dos recenseamentos nacionais, tais como:

Originalmente publicado no livro *Mulher Negra: política governamental e a mulher*, volume que compõe a coleção *Década da Mulher (1975-1985)* organizada pela editora Nobel e o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo em 1985. Este artigo inaugurou os estudos sobre desigualdades entre as mulheres.

- A não coleta sistemática dos dados estatísticos desagregados no quesito cor pelos órgãos responsáveis pelo recenseamento da população brasileira, sendo um exemplo disso a ausência do quesito cor no recenseamento de 1970;
- As poucas tabulações que são divulgadas quando tal quesito é coletado, como é o caso do Censo de 1980;
- As mudanças de critério ocorridas de um recenseamento para outro, dificultando que os dados sejam facilmente comparáveis, ou sua compatibilização, como ocorre com os Censos de 50, 60 e 80<sup>1</sup>. As Pesquisas Nacionais de Domicílios – PNAD –, realizadas entre os Censos, se ressentem dos mesmos problemas de falta de continuidade do levantamento do quesito, alterações de critério ou simples omissão.

A PNAD de 1976, embora seja a que forneça maiores informações sobre a população negra e na qual mais se apoiam os estudos recentes sobre o negro, também não nos beneficiou quanto à intenção de fazer um diagnóstico evolutivo sobre a mulher negra, já que, posteriormente, somente na PNAD de 1982 foi-nos possível encontrar dados desagregados por cor, porém em menor quantidade que os existentes na PNAD de 1976, não permitindo que a comparação entre ambas fornecesse uma caracterização ampla das alterações havidas na situação da mulher negra brasileira.

Diante da precariedade dos dados estatísticos existentes sobre a população negra, e em particular sobre a mulher negra, torna-se inevitável que se reitere as críticas diversas vezes colocadas pelo Movimento Negro Brasileiro acerca do caráter político e ideológico de que se reveste essa “entrada” e “saída” arbitrária do quesito cor dos recenseamentos oficiais e do número

insignificante de tabulações que, a partir deles, são divulgadas quando esse quesito é recolhido.

Esse “tratamento” dispensado à população negra nas estatísticas oficiais faz parte de um elenco de estratégias que têm determinado a invisibilidade do negro nas diferentes esferas da vida nacional, através dos conhecidos mecanismos socialmente instituídos de discriminação racial.

Os esforços de integração do negro na sociedade brasileira esbarram constantemente na ausência, por parte dessa mesma sociedade, de um projeto efetivo de integração social do negro, como exaustivamente vem sendo demonstrado pelos estudos relativos ao negro brasileiro.

Outro viés característico das práticas discriminatórias presentes no Brasil consiste em que prevaleçam designações arbitrárias quanto à atribuição do quesito cor à população negra, pela recorrência a uma tipificação que visa fundamentalmente estabelecer fissuras em sua identidade étnica e cultural, através de sua partição em pretos, pardos etc., tal como define o IBGE a propósito do Censo de 80, “na investigação foram descritas as seguintes respostas: Branca, Preta, Amarela e Parda (mulata, mestiça, índia, cabocla, mameluca, cafuza etc.)”<sup>2</sup>.

Essas diferenciações têm funcionado como:

- Fator de escamoteamento da importância numérica da população negra no conjunto da população brasileira;
- Fator de fragmentação da identidade racial do negro brasileiro;
- Instrumento indispensável no esforço oficial de embranquecimento do país.

1 O Censo de 1980 oferece-nos apenas a variável cor por sexo e idade.

2 Censo Demográfico. *Dados Gerais - Migração, Instrução, Fecundidade, Mortalidade*. São Paulo, volume 1, Tomo 4 n° 19, p. XXXVIII.

O segundo nível dessa questão, e complementar ao anterior, reside no fato de que os estudos mais atuais sobre o negro brasileiro revelam que as desigualdades sociais existentes entre brancos e não brancos (exclusive os amarelos), no Brasil, incidem de maneira aguçada sobre o segundo grupo, tornando irrelevantes os diferenciais socioeconômicos perceptíveis entre pretos e pardos, tal como se perceberá também ao longo deste trabalho, o que questiona o “valor” da miscigenação como fator de mobilidade social para o negro brasileiro, e torna pretos e pardos um grupo homogêneo quanto às desvantagens sofridas na sociedade brasileira.

Portanto, evidencia-se o caráter político e ideológico que essas diferenciações têm no interior dessa sociedade, assim como as suas consequências para a população negra em geral.

O Movimento Feminista Brasileiro produziu, por sua vez, embora de menor âmbito que os recenseamentos oficiais, inúmeras pesquisas, estudos de caso sobre a mulher durante esses dez anos. No entanto, a variável cor não foi incorporada de maneira sistemática nessa produção teórica de forma que as mulheres negras pudessem se beneficiar largamente dos estudos em questão.

Essa displicência com que a cor tem sido tratada, seja nas estatísticas oficiais, seja na produção teórica feminista, indica os níveis de contradição existentes entre negros e brancos na sociedade brasileira em geral, e entre mulheres brancas e negras em particular.

### 1.1. Procedimentos/objetivos

A coleta de dados secundários para a elaboração do presente trabalho nos conduziu a obter, junto ao Departamento de Indicadores Sociais (DEISO) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os dados referentes à População Economicamente

Ativa (PEA) de São Paulo e do Brasil, desagregados segundo cor, sexo, grupos ocupacionais e rendimento médio mensal.

A importância de tal informação, pela riqueza dos dados nela contidos e pelo fato dela não fazer parte das tabulações publicadas pelo IBGE no Censo de 1980, determinou que a tomássemos como fonte básica na qual se apoiou o presente trabalho.

Tal opção se tornou mais relevante ao considerar-se que esses dados se constituem em importante instrumento para a reflexão e atuação política do Movimento Feminista e do Movimento Negro quanto à elaboração de diretrizes políticas que visem à erradicação dessas duas perversões básicas da sociedade brasileira: o racismo e o sexismo.

Dessa forma, será aqui privilegiada a análise da:

- Situação educacional da mulher negra em São Paulo e no Brasil, a partir das informações fornecidas pelo Censo de 80 sobre a “População residente, por cor e sexo, segundo a situação do domicílio e anos de estudo”; donde se buscou identificar desvantagens raciais presentes no acesso à educação entre as mulheres;
- Estrutura ocupacional, tendo como universo de nosso estudo a População Economicamente Ativa (PEA) em São Paulo pela importância econômica que esse estado tem, do que decorre nele residirem as melhores oportunidades em termos de mercado de trabalho, sendo utilizados ainda os mesmos dados para o conjunto do país. Busca-se explicar, a partir desses dados, diferenças na participação da mulher negra em relação às demais no mercado de trabalho;
- Considerando-se que, embora seja mantida a desagregação por mulheres negras dos dados recolhidos, tais como eles aparecem nas tabulações elaboradas pelo IBGE, estará aqui designada a agregação de pretas e pardas, aparecendo ainda nas tabelas em que serão apresentados os resultados dessa somatória;

- Finalmente, procurou-se acentuar as repercussões políticas e ideológicas, manifestadas a partir do perfil socioeconômico encontrado para as mulheres negras.

## 2. Situação socioeconômica

### 2.1. Instrução

Apresentamos inicialmente os dados relativos à instrução, visto que essa variável se constitui como um dos fatores de mobilidade social.

A Tabela 1 mostra um quadro geral da situação de cada grupo étnico no processo educacional. As desigualdades educacionais existentes entre os grupos antecipam as desigualdades que serão percebidas em sua participação na estrutura ocupacional e na auferição de rendimento médio mensal.

As diferenças percebidas entre os grupos étnicos em nível de escolaridade em São Paulo indicam que cerca de 30% da população negra paulista é praticamente analfabeta, não ultrapassando a faixa de um ano de estudo, enquanto que, para brancos e amarelos, essa porcentagem decresce para 20% e 12,4%, respectivamente, na mesma condição.

Quando considerados os mesmos dados para o país, temos que quase 50% da população negra brasileira se encontra em estado de semianalfabetismo, contra 25% de brancos e 15,3% de amarelos em igual situação.

O grosso da população negra, seja em São Paulo, seja no Brasil, se concentra, em termos de instrução, na faixa de 0 a 4 anos de estudo, praticamente inexistindo nas faixas de escolaridade equivalente ao nível universitário.

Nos níveis médios de instrução, por volta de 18,5% dos negros em São Paulo e 13,6% no Brasil têm de 5 a 11 anos de estudo,

TABELA 1 Distribuição percentual dos grupos étnicos segundo anos de estudo (pessoas de 5 anos ou mais)

Fonte: IBGE, Censo 1980.  
(\*) preto + pardo  
(\*\*) inclusive os sem declaração  
(Brasil + 260.122);  
(São Paulo = 77.034)

Anos de estudo	Branco		Pardo		Amarelo		Negro (*)		Total (**)	
	SP	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil
sem instrução /1 ano	20	25	30	48	14,4	15,3	30,2	48	22,1	35
de 1 a 4	46	44,4	50,3	37,2	32,8	31,5	50,4	37,5	46,7	41,3
de 5 a 8	18,4	16,5	15,4	10,1	20,1	22,2	15,1	10	17,7	13,7
de 9 a 11	9,7	9,2	3,4	3,7	19,6	18,9	3,4	3,6	8,5	6,8
mais de 12	5,9	4,9	0,8	0,9	15	12,1	0,8	0,8	5	3,2
anos de estudo não determinados	0,06	0,05	0,02	0,03	0,1	0,04	0,02	0,03	0,05	0,04
sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total (em mil)	16.449	56.583	3.995	38.693	439	698	5.028	44.879	21.994	102.421

comparados com 28% dos brancos em São Paulo e 25% no Brasil, e 39,7% dos amarelos em São Paulo e 41% no Brasil.

“Assim, em 1980, os brancos tinham 1,6 vezes mais chances que os pretos e pardos de completarem entre 9 e 11 anos de estudo e seis vezes mais chances de completarem 12 anos ou mais de estudo.”<sup>3</sup>

Quanto ao desempenho superior da população de origem asiática em relação aos demais grupos raciais no processo educacional, Eduardo M. Suplicy indica que “[...] no Japão, especialmente a partir de 1870, com a Revolução Meiji, houve um esforço educacional que foi fundamental para arrancar aquele país do subdesenvolvimento. Era de se esperar, portanto, que os seus descendentes no Brasil se encontrassem em relativa vantagem com respeito à ponderável parcela da população à qual foram negadas por muito tempo as condições de acesso até mesmo à educação primária”<sup>4</sup>.

**2.1.1. Desigualdades entre mulheres na estrutura educacional**

Tomando-se por referência os valores relativos encontrados para os diversos níveis de instrução por cor e sexo para o Estado de São Paulo (Tabela 2), percebe-se que as desigualdades entre os sexos, em termos de educação, mostram-se muito menores que as desigualdades raciais.

No grupo branco, as diferenças entre homens e mulheres variam de 0 a 3% contra as mulheres; no grupo negro, tal variação é de 0 a 5%; e entre os amarelos, de 2 a 5%.

No entanto, comparando-se apenas as mulheres ou homens segundo a cor, tais porcentagens aumentam de maneira significativa,

<sup>3</sup> HASENBALG, Carlos; VALLE SILVA, Nelson do. *Industrialização, Emprego e Estratificação Social no Brasil*, p.37.

<sup>4</sup> SUP LICY, Eduardo Matarazzo. “As Sequelas da Escravidão”. In: *Folha de São Paulo*, 18/04/1982.

TABELA 2 Anos de estudo segundo sexo e cor - São Paulo (pessoas de 5 anos e mais)

	Homens				Mulheres			
	Branco	Preto	Pardo	Amarelo	Branca	Preta	Parda	Amarela
sem instrução ou menos de 1 ano	18,4	28,7	28,1	11	21,4	33,3	32	13,8
de 1 a 4	46,3	52,8	52	30,5	45,6	48,9	48,6	35,2
de 5 a 8	19	14,5	15,6	21	17,8	13,8	15,2	19,2
de 9 a 11	9,5	3,1	3,4	20,2	9,9	3,3	3,5	18,9
de 12 a 17 ou mais	6,7	0,8	0,9	17,1	5,2	0,7	0,8	12,7
anos de estudo não determinados	0,06	0,03	0,02	0,1	0,06	0,06	0,02	0,1
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100	100
Total (em mil)	8.321	517	2.065	224	8.128	515	1.930	215

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1980.

ou seja, “as disparidades educacionais entre os sexos evoluem de uma maneira bastante diferente, havendo uma tendência clara no sentido das mulheres estarem se aproximando duma situação de igualdade educacional com os homens. Este processo está claramente relacionado à desigual distribuição de mulheres e negros na estrutura de classes e estratificação social e, possivelmente, a uma maior flexibilidade na redefinição no plano político e cultural, dos papéis sociais das mulheres”<sup>5</sup>.

Observe-se na Tabela 2 que em torno de 32% das mulheres negras paulistas têm até um ano de estudo. Se tal quadro é alarmante por si só, torna-se catastrófico quando se nota que tal taxa eleva-se para quase 50% em termos de Brasil (Tabela 3).

Nota-se que, nesse nível de escolaridade, os dados relativos às mulheres brancas e amarelas de São Paulo sofrem um acréscimo para o conjunto do país de 3% a 4%, enquanto entre negras ele aumenta em 15%, significando que quase a metade das mulheres negras brasileiras são praticamente analfabetas.

<sup>5</sup> HASENBALG, Carlos; VALLE SILVA, Nelson do. Op. cit., p.7.

TABELA 3 Distribuição percentual das mulheres por anos de estudo no Brasil (pessoas de 5 anos ou mais)

Anos de estudo	Branças	Pretas	Pardas	Amarelas
Sem instruções ou até 1 ano	25,6	48,6	47,8	16,9
de 1 a 4	44,2	38,5	36,8	34,4
de 5 a 8	16,1	9,4	10,3	21,7
de 9 a 11	9,6	2,8	4	17,5
12 ou mais	4,2	0,4	0,8	8,5
Total (%)	100	100	100	100
Total (em mil)	28.988	3.076	19.203	335

Nos níveis superiores de educação (mais de 12 anos de estudo ou equivalente ao grau universitário), tanto para São Paulo como para o Brasil, as mulheres negras apresentam percentuais inferiores a 1%, enquanto 5,2% das mulheres brancas paulistas e 4,2% das mulheres brancas brasileiras encontram-se nesse nível de escolaridade. As amarelas compõem com 12,7% em São Paulo e 8,5% no Brasil, no nível equivalente ao grau universitário.

Em síntese, quase 90% das mulheres negras brasileiras só chegam a atingir até 4 anos de instrução, comparando-se com 69,8% de mulheres brancas e 51% de amarelas.

Se os níveis de educação são indicadores do potencial de cada grupo racial quanto à alocação na estrutura ocupacional, os dados apresentados sobre a situação educacional da mulher negra permitem antever suas perspectivas no mercado de trabalho, bem como as condições materiais de existência a que se acha submetida.

## 2.2. Mercado de trabalho

Segundo a Tabela 4, a força de trabalho negra distribui-se fundamentalmente em três grupos ocupacionais: ocupações de

agropecuária/extrativa vegetal e animal, indústria de transformação/construção civil e na prestação de serviços.

Tais ocupações concentram 66,1% da mão de obra negra em São Paulo e 70,6% no país.

Nessas mesmas atividades, estão concentrados 47% do grupo branco em São Paulo e 52,1% no Brasil. Os amarelos se representam nessas ocupações com apenas 28% em São Paulo e 32,4% no país.

Esses dados são suficientes para demonstrar o lugar do negro na estrutura ocupacional do país, ou seja, nas atividades reconhecidas como pior remuneradas e em conformidade com os baixos níveis de escolaridade vistos anteriormente, característicos das atividades manuais menos qualificadas.

Nas ocupações administrativas e técnicas/científicas/artísticas, acha-se alocada a mão de obra mais qualificada, com maior nível de instrução e, conseqüentemente, com maior rendimento médio mensal. Tais ocupações, que representam a elite da estrutura ocupacional brasileira, encontram-se quase totalmente monopolizadas pelos grupos brancos e amarelos.

Em ocupações administrativas, acham-se agregadas, tal como as define o IBGE, as categorias profissionais dos empregadores, diretores e chefes na administração pública; administradores e gerentes de empresa; chefes e encarregados de serviços administrativos de empresas e funções burocráticas ou de escritório.

Por ocupações técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas, estão designadas as categorias de técnicos de nível superior ou profissionais liberais em geral.

Participam, nessas ocupações, 28% dos brancos em São Paulo e 24,7% no Brasil; os amarelos perfazem em São Paulo e no conjunto do país, respectivamente, 45% e 42%, enquanto os pretos aparecem apenas com 9% em São Paulo, decrescendo no Brasil para 6,5%, aparecendo os pardos com 10% nos dois casos.

TABELA 4 População economicamente ativa por cor segundo os grupos ocupacionais para São Paulo e Brasil

Ocupações	Branco		Preto		Pardo		Amarelo		Total		Negra(*)	
	SP	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil
Administrativa	19,5	16,1	6,2	4,1	8	6,4	30,1	28,4	16,8	11,8	7,6	6,1
Técnicas, científicas/Artísticas	8,4	8,6	2,8	2,4	2,4	3,6	14,9	13,9	7,1	6,4	2,5	3,4
Agropecuária/Extrativa Vegetal e Animal	10	21,9	12,9	30,3	10,9	37	9,6	14,5	10,3	28	11,3	36
Produção Extrativa Mineral	0,06	0,2	0,1	0,4	0,1	0,4	0,009	0,05	0,07	0,3	0,1	0,4
Indústria de Transformação e Construção Civil	25,5	19,9	32,3	23,1	35,3	20,2	13,6	12,8	27,5	20,2	34,6	20,7
Comércio e Atividades Auxiliares	9,4	8,7	3,8	3,9	5,9	6,3	18	16,4	8,6	7,5	5,4	5,9
Transporte e Comunicação	5,4	4,9	4,2	3,3	5,1	3,9	3,3	3,2	5,2	4,4	1,9	3,8
Prestação de Serviços	11,5	10,3	24,9	21,7	18,9	12,5	4,9	5	13,5	11,8	20,2	13,9
Defesa Nacional e Segurança Pública	1,3	1,5	1	1,4	1,2	1,4	0,3	0,4	1,2	1,4	1,2	1,4
Outras mal definidas ou não declaradas	7,3	5,8	9,9	6,9	10,3	5,6	4,1	3,9	8,1	5,8	10,2	5,8
Procurando trabalho	1,6	2	1,8	2,4	1,9	2,6	1,2	1,4	1,7	2,2	1,9	2,6
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total (em mil)	7.609	24.036	547	2.876	2.000	15.861	218	294	10.411	43.235	2.548	18.738

Fonte: IBGE, Censo 1980.

(\*) preto + pardo

Note-se que os grupos branco e amarelo são observados nessas ocupações com participação percentual acima da importância populacional relativa dessas ocupações na estrutura ocupacional, o que indica para quem, dentro dos grupos étnicos, está destinado o monopólio das atividades de melhor "status" social e a quem se destinam os patamares inferiores na hierarquia ocupacional, pois "dos empregos ligados às ocupações técnicas emanam mais prestígio, mais renda, e maior probabilidade de mobilidade... os empregos ligados às ocupações não manuais de rotina também geram inúmeras oportunidades de mobilidade, embora seja certo esperar que seus incumbentes percorram menores distâncias na estrutura social. E os do terceiro grupo? De um lado, tais empregos são potencialmente mais limitados em termos de mobilidade estrutural. De outro, é preciso considerar que a mobilidade aqui vai depender muito do ponto de partida dos indivíduos. Migrantes da zona rural podem encontrar no baixo-terciário urbano uma oportunidade para ascensão social. Portanto, o baixo-terciário seria perverso para a mobilidade, para os indivíduos que estão na zona urbana, e facilitador de mobilidade para os que vêm da zona rural"<sup>6</sup>.

Considerando, portanto, que a maioria da população negra brasileira se encontra alocada nas ocupações manuais, fundamentalmente na agropecuária e na prestação de serviços, as possibilidades de mudança estrutural em sua situação ocupacional são desalentadoras, tendo em vista as desvantagens iniciais do grupo negro em termos de nível de instrução, aliados aos mecanismos socialmente instituídos de discriminação racial que atuam constantemente no mercado de trabalho.

Vale lembrar que, em estudo elaborado com base em dados da PNAD de 1973, José Pastore demonstra que era "[...] alto o número de indivíduos bem colocados na estrutura social cujo nível de

6 PASTORE, José. *Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil*, p.61.



escolarização formal é relativamente rudimentar. Por exemplo, cerca de 20% dos indivíduos que compunham o estrato alto de 1973 tinham apenas o curso primário, ou menos. Entre os membros do estrato médio superior, essa proporção chegava a cerca de 36%. Em outros termos, a associação entre desigualdade social e desigualdade educacional é alta, mas não é perfeita”.<sup>7</sup>

A partir disso, pode-se inferir que as diferenças existentes entre negros e brancos, em termos de instrução, não são suficientes para explicar cabalmente suas diferenças em termos ocupacionais e de rendimento (que veremos a seguir). Elas também não se explicam a partir da taxa de atividade desses grupos, já que a participação relativa de negros na População Economicamente Ativa é superior à sua participação relativa no conjunto da população.

**2.2.1. Desigualdade entre mulheres na estrutura ocupacional**

A Tabela 5, a seguir, mostra a distribuição percentual das mulheres economicamente ativas na estrutura ocupacional por cor, para São Paulo e Brasil.

A comparação entre os dados referentes às mulheres negras, brancas e amarelas, revela o acesso diferenciado no mercado de trabalho segundo a cor, e o confinamento a que a mulher negra está destinada nos setores do baixo-terciário, a despeito de significativas mudanças ocorridas na estrutura ocupacional da PEA Feminina nos últimos 20 anos, tal como apontado por Carlos Hasenbalg e Valle Silva: “Quanto à inserção da mulher na estrutura ocupacional, apesar de ainda existir um grau elevado de segregação ocupacional vertical e horizontal, a crescente divisão técnica do trabalho, através da geração de novas posições ocupacionais, levou a uma melhor

7 PASTORE, José. Op. cit., p.99.

TABELA 5 População feminina economicamente ativa pna estrutura ocupacional segundo a cor

Ocupações	Brancas		Pretas		Pardas		Amarelas		Total	
	SP	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil
Administrativa	23,5	19,6	5	3,9	9,1	8,2	36	34	19,9	14,6
Técnicas, científicas/Artísticas	13,4	16,8	4,6	4,9	4,1	9,3	17,2	17,6	11,1	13,4
Agropecuária/Extrativa Vegetal e Animal	5,2	9,6	8,2	15,3	6,9	19,6	5,2	6,9	5,7	13,3
Produção Extrativa Mineral	0,004	0,007	-	0,03	0,004	0,04	-	-	0,0004	0,002
Indústria de Transformação e Construção Civil	16,4	13,2	14,8	9,5	20,4	12,7	11	10,4	16,9	12,7
Comércio e Atividades Auxiliares	8,8	8,8	2,9	3,5	5,7	6,8	15,7	15,2	8	7,8
Transporte e Comunicação	1,1	1	0,5	0,4	0,7	0,6	0,5	0,5	1	0,8
Prestação de Serviços	24,4	24,2	56,3	56,4	45	35,7	8,8	9,8	30,1	30,4
Defesa Nacional e Segurança Pública	0,09	0,06	0,06	0,03	0,05	0,04	0,08	0,08	0,08	0,05
Mal definidas ou não declaradas	5	4,1	4,7	3,3	5,9	3,7	3,9	3,7	5,2	3,9
Procurando trabalho	2,1	2,6	1,8	2,5	2,2	3,4	1,4	1,8	2	2,8
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total (em mil)	2.280	6.824	199	897	608	3.988	68	86	3.166	11.842

Fonte: IBGE. Censo 1980.

distribuição da força de trabalho feminina na estrutura ocupacional e a uma diminuição da concentração de mulheres em grupos específicos de ocupação. Basta assinalar aqui algumas tendências nesse sentido. A participação relativa da PEA Feminina nas ocupações administrativas aumenta de 8,2% em 1960 para 15,4% em 1980. Cabe destacar que esse aumento, tanto em termos relativos como absolutos, ocorre principalmente em posições subordinadas, isto é, nas funções burocráticas e de escritório. Dentro das ocupações técnicas e científicas, diminui em 10%, dentro do período considerado, a proporção de mulheres em duas ocupações sexualmente tipificadas, a saber, professoras de primeiro e segundo grau e enfermeiras. Em contrapartida, o número de mulheres em profissão de prestígio mais elevado (engenheiras, arquitetas, médicas, dentistas, economistas, professoras universitárias e advogadas) aumenta... Da mesma forma, diminui a proporção de mulheres ocupadas na indústria têxtil e do vestuário entre aquelas ocupadas na indústria e a proporção de empregadas domésticas entre as mulheres ocupadas na prestação de serviços".<sup>8</sup>

A extensa citação nos permite ter o quadro evolutivo da situação da mulher brasileira em geral na estrutura ocupacional do país nos últimos 20 anos.

No entanto, pela Tabela 5, é possível inferir que a redistribuição das mulheres na estrutura ocupacional se deu de forma desigual entre os diferentes grupos étnicos.

Em 1960, 30,1% da PEA Feminina exercia atividades ligadas à agropecuária, extração vegetal, pesca e 36,3% à prestação de serviços. Em 1980, tais porcentagens caem para 14,8% e 33,8%, respectivamente.

Na mesma tabela, podemos verificar que, em 1980, a participação das mulheres nessas duas ocupações é significativamente

desigual se compararmos mulheres brancas com pretas e pardas. Um total de 9,6% das mulheres brancas permanecem na agropecuária, comparado com 15,3% das pretas e 19,6% das pardas. Na prestação de serviços, encontram-se 24,2% das brancas, comparado com 56,4% (sic) das pretas e 35,7% das pardas.

Podemos deduzir, a partir desses dados, que a mobilidade das mulheres pretas e pardas se deu basicamente do setor primário para o baixo-terciário, como reflexo do processo de urbanização. A mobilidade vertical experimentada pela mulher brasileira, em geral, terá sido um processo vivido fundamentalmente pelas mulheres brancas.

Temos ainda que, em São Paulo, 84% das mulheres pretas e 78,2% das pardas se distribuem entre as atividades da prestação de serviços, da agropecuária, da indústria de transformação e construção civil ou em ocupações mal definidas ou não declaradas. Para o país como um todo, essas mesmas porcentagens são da mesma ordem para as pretas e caem para 72% para as pardas.

A presença das mulheres brancas no Brasil, no total desses grupos ocupacionais, é de 51%, e das amarelas fica em torno de 30%.

Considere-se ainda que as mulheres desses dois últimos grupos étnicos aparecem expressivamente representadas nos setores nobres da estrutura ocupacional (ocupações administrativas e técnicas/científicas e artísticas), concentrando 36,9% de mulheres brancas em São Paulo e 36,4% no Brasil.

Dentre as mulheres amarelas, a porcentagem é de 53,2% em São Paulo e 51,6% no Brasil.

A participação das mulheres negras nesses dois grupos ocupacionais é de 10,6% em São Paulo, caindo para 8,8% no Brasil, ficando as pardas com 13,2% e 17,5% em São Paulo e no Brasil, respectivamente.

<sup>8</sup> HASENBALG, Carlos; VALLE SILVA, Nelson do. Op. cit., pp.39, 40.

### 2.3. Rendimento

A primeira constatação que decorre da análise dos dados referentes aos níveis de rendimento médio mensal, percebidos pelo grosso da População Economicamente Ativa brasileira, é que constituímos, antes de tudo, uma população superexplorada, visto que 82% da mão de obra empregada do país não ultrapassava, em 1980, a faixa de 5 salários mínimos.

No entanto, tal estado de pobreza não se distribui, como era de se esperar, em decorrência dos dados apresentados anteriormente, uniforme e igualmente entre os grupos raciais.

A Tabela 6 nos permite observar os efeitos concretos da desigualdade racial nas possibilidades de auferição de renda dos diversos grupos raciais, evidenciando, portanto, os níveis diferenciados de exploração presentes na sociedade brasileira, bem como a que grupos raciais cabe o maior ônus de uma distribuição injusta de renda.

Cabe a nós, negros, evidentemente, a maior participação na faixa inferior de rendimento (até 1 salário mínimo).

Um total de 44,8% dos negros brasileiros ganhavam, em 1980, até um salário mínimo, comparado com 24,6% dos brancos e 9,5% dos amarelos. Cerca de 92% em São Paulo e 87% no Brasil da força de trabalho negra não ultrapassa a barreira dos 5 salários mínimos, sendo que, para o Brasil, mais 9,4% de negros correspondem a pessoas que trabalham e não ganham, ou que não declaram rendimento, ou estavam na época procurando trabalho.

Para o grupo branco, na mesma faixa de rendimento, as porcentagens decrescem sensivelmente, ficando, em geral, em torno de 78%, enquanto os amarelos comparecem com 55% em São Paulo e 58% no Brasil.

Consequentemente, na faixa acima de 5 salários mínimos, somente os brancos e amarelos têm participação percentual expressiva, ficando o grupo negro com menos de 5% de participação no

TABELA 6 Distribuição percentual dos grupos raciais segundo rendimento médio mensal para São Paulo e Brasil - PEA

(\*) preto + pardo  
Fonte: IBGE, Censo de 1980.

	Branco		Amarelo		Preto		Pardo		Negro (*)		Total	
	SP	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil
até 1 S.M.	15,3	24,6	5,2	9,5	26,5	47,1	21,4	44,4	22,6	44,8	16,8	33,2
de 1 a 5 S.M.	62,9	54	49,7	48,1	67	44,2	69,9	42	69,3	42,3	64,4	48,7
mais de 5 S.M.	18	13,8	38,1	34,6	3,5	2	5,1	3,7	4,7	3,4	15,2	9,4
sem rendimento/ sem declaração/ procurando emprego	3,6	7,6	7	7,8	2,9	6,7	3,5	9,9	3,4	9,4	3,4	9,4
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total (em mil)	7.609	24.036	218	294	547	2.876	2.000	15.861	2.548	18.798	10.411	43.235

total do país; enquanto em São Paulo, os brancos aparecem nessa faixa com 18% e com 13,8% no Brasil, e os amarelos com 38% e 34,6%, respectivamente.

**2.3.1. Desigualdades entre mulheres quanto ao rendimento médio mensal**

Os dados gerais relativos ao rendimento médio mensal percebido pelas mulheres economicamente ativas são apresentados na Tabela 7. Aqui também, como era de se esperar, persistem as desvantagens de mulheres negras e pardas em relação às demais.

Se na primeira faixa de renda, até 1/4 de salário mínimo, para São Paulo, os percentuais entre as mulheres mostram pequenas diferenças, quando observados os dados para o Brasil, a diferença torna-se brutal: perto de 15% das mulheres negras brasileiras ganham até 1/4 de salário mínimo, enquanto apenas 5,6% das mulheres brancas brasileiras e 1,5% das amarelas se encontram em tal condição.

TABELA 7 PEA Feminina segundo cor e rendimento médio mensal para São Paulo e Brasil

Rendimento	Branca		Preta		Parda		Amarela	
	SP	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil
até 1/4	2,2	5,6	3,2	13,7	3,1	14,8	0,3	1,5
de 1/4 a 1/2	6,1	9,1	10	19,1	8,8	17,4	1,3	2,6
de 1/2 a 1	18	20,1	30	29,9	27	26	6,6	8,6
de 1 a 2	35,2	29,4	42	23,9	44	21,3	21,4	21,7
de 2 a 5	25,2	19,4	11	5,5	12	7,3	38,8	35,4
de 5 a 40	6,7	5,4	0,8	0,5	1,1	1,2	15,5	14
de 10 a 20	1,7	1,5	0,09	0,07	0,1	0,2	4,1	3,7
mais de 20	0,3	0,3	0	0,007	0,03	0,04	0,9	0,8
Sem rendimento	2,1	6,2	0,9	3,9	1,5	7,5	9,1	9,5
Sem declaração	0,2	0,4	0,3	0,7	0,3	0,6	0,4	0,4
Procurando trabalho	2,1	-	1,8	-	2,1	-	1,4	
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100	100
Total (em mil)	2.280	6.824	199	897	608	3.988	68	86

Fonte: IBGE. Censo de 1980.

Temos ainda que 26,3% das mulheres brancas paulistas ganham até 1 salário mínimo, subindo esse percentual para 34,8% em termos de Brasil.

Entre as negras, 43,2% em São Paulo ganham até um salário mínimo e 62,7% das pretas brasileiras estão nessa faixa de rendimento. Os pardos participam nessa faixa (de 1/4 a 1 salário mínimo), em São Paulo, com 38,9% de sua força de trabalho e, no Brasil, perfazem 58,2%.

Em termos gerais, dois salários mínimos representam o máximo de rendimento médio mensal que a maioria das mulheres negras consegue obter no mercado de trabalho, já que, até essa faixa de rendimento, se encontram 85,2% das pretas e 83% das pardas em São Paulo, mantendo-se percentuais semelhantes para o resto do país.

Nas faixas superiores, os números absolutos são mais expressivos que as porcentagens. Em São Paulo, apenas 7 mulheres pretas e 195 pardas ganham acima de 20 salários mínimos. Para o Brasil, esses dados aumentam para 64 pretas e 1.693 pardas, numa população economicamente ativa de cerca de 900 mil e 4 milhões de mulheres, respectivamente.

**2.3.2. Desigualdades entre mulheres quanto ao rendimento dentro do mesmo grupo ocupacional**

Apresentamos, até aqui, desvantagens socioeconômicas sofridas pelo grupo negro em geral e a mulher negra em particular.

Constatamos que tais desigualdades estão presentes no acesso diferenciado ao processo educacional; na alocação na estrutura ocupacional e na obtenção de rendimentos.

Poder-se-ia supor que as diferenças de nível de instrução do grupo negro, em relação aos demais, teriam como consequência natural a dificuldade de participação nas melhores fatias do mercado de trabalho, o que relativizaria o peso da discriminação racial nesse processo.

Por isso, parece-nos importante agora averiguar qual a situação da mulher negra em termos de rendimento médio mensal percebido dentro dos grupos ocupacionais.

A análise das desvantagens sofridas pelas mulheres negras nas ocupações superiores que exigiram maior escolaridade, especialização etc., tais como as ocupações administrativas e técnicas/científicas/artísticas, se ressentiriam possivelmente das restrições colocadas acima. Assim, tomaremos como referência para a percepção de desigualdades raciais presentes no interior dos grupos ocupacionais a Prestação de Serviços caracterizada por ser um setor ocupacional concentrador de mão de obra de baixa qualificação profissional, baixos níveis de instrução e rendimento, sendo definido pelo IBGE que tal grupo ocupacional agrega as categorias profissionais dos proprietários nos serviços; ocupações domésticas remuneradas; ocupações dos serviços de alojamento e alimentação; ocupações dos serviços de higiene pessoal, atletas profissionais e funções afins; porteiros, ascensoristas, vigias e serventes.

A mulher negra participa, nessa ocupação, com 47,8% de sua mão de obra em São Paulo e 53,5% no Brasil, enquanto as mulheres brancas comparecem com 24,8% nos dois casos. Evidentemente, grande parte dessa mão de obra está alocada no emprego doméstico.

Na Tabela 8, são mostrados os rendimentos médios mensais percebidos pelas mulheres nessa categoria. O primeiro dado chocante é o número de mulheres brasileiras que recebem até 1/4 de salário mínimo: 18,1%. A porcentagem de mulheres negras nessa faixa ultrapassa em 7% à das mulheres brancas.

Nas faixas entre 1/4 e 1 salário mínimo, a participação das mulheres é percentualmente semelhante. O próximo corte significativo ocorre na faixa de 1 a 2 salários mínimos, onde decresce a presença percentual das mulheres negras em relação às brancas, representando estas 23,8%, e as negras 18,4%. Para essa ocupação, essa faixa de rendimento representa níveis superiores de

TABELA 8 Distribuição Percentual das Mulheres na Prestação de Serviços para São Paulo e Brasil

(\*) pretas + pardas  
(\*\*) inclusive amarelas e s/ declaração  
Fonte: IBGE. Censo de 1980

	Brancas		Pretas		Pardas		Negras(*)		Total (**)	
	SP	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil
até 1/4	6,8	14,5	4,7	17,7	5,7	22,5	5,4	21,2	6,2	18,1
até 1/4 a 1/2	16,9	22,3	14,7	23,1	15,1	24,2	15,0	24	16	23,1
de 1/2 a 1	34,7	33,5	37,9	34,6	37,8	31,7	37,8	32,5	35,8	32,9
de 1 a 2	33,9	23,8	37,1	20,9	36,5	17,5	36,7	18,4	35	20,9
de 2 a 5	6	3,4	4,7	1,9	4	1,7	4,2	1,9	5,5	2,7
de 5 a 10	0,5	0,4	0,07	0,005	0,1	0,1	0,1	0,09	0,4	0,2
de 10 a 20	0,1	0,08	0,03	0,01	0,03	0,02	0,03	0,01	0,08	0,05
mais de 20	0,01	0,01	-	0	0,004	0	0,003	0,003	0,009	0,006
Sem rendimento	0,8	1,1	0,4	0,8	0,5	1	0,5	0,9	0,7	1
Sem declaração	0,2	0,7	0,2	1	0,2	1,2	0,2	1,1	0,3	0,9
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total (em mil)	557	1.652	112	505	274	1.423	386	1.929	952	3.605

rendimento passíveis de serem percebidos pelas mulheres em geral, e que se constitui praticamente na barreira a nível de rendimento, para as mulheres negras, pois na faixa posterior, de 2 a 5 salários mínimos, participamos em menos de 2%, contra 3,6% das mulheres brancas.

Portanto, a partir dessa atividade, podemos concluir definitivamente que a cor funciona, em relação às mulheres negras, como fator não somente de expulsão da população feminina negra para as piores atividades do mercado de trabalho, como também determina os mais baixos rendimentos, mesmo nessas funções subalternas, o que ocorre de maneira sistemática no interior das demais ocupações.

Dessa forma, mesmo naqueles grupos ocupacionais tradicionalmente tidos como o lugar natural do negro, como a prestação de serviços ou a agropecuária/vegetal e animal, as desvantagens sociais persistem agudizando as más condições de existência de pretos e pardos no país.

Não nos foi possível recolher a informação quanto ao peso do emprego doméstico nessa ocupação. É corrente, no entanto, que especialmente as mulheres nele alocadas são majoritariamente empregadas domésticas. Admitindo-se tal hipótese, poderíamos inferir que desigualdades raciais continuam determinando rendimentos inferiores de mulheres negras, mesmo nessa categoria profissional.

A forte presença das mulheres negras na prestação de serviços ratifica que, tal como no passado pós-abolicionista, essa continua sendo, para as mulheres negras, a principal modalidade de atividades econômicas a que têm acesso, apesar de estarmos próximos dos cem anos da Abolição da Escravatura e, no entanto, nem a “tradição” nem o “know how” que, historicamente, vimos acumulando em tais funções são suficientes para que ao menos nessas ocupações as mulheres negras percebam rendimentos semelhantes aos das mulheres brancas.

Ao contrário, participamos majoritariamente nesse grupo ocupacional e dentro dele ganhamos proporcionalmente menos e somos mais desprotegidas em termos de garantias sociais, pois, segundo os dados da PNAD de 1976, “o rendimento médio mensal encontrado para as mulheres negras que estavam na categoria dos empregados na prestação de serviços era cerca de Cr\$ 476,20. Esse rendimento equivalia a cerca de 79,5% do que ganhavam as brancas, Cr\$ 598,00”. E, ainda, “na prestação de serviços, apenas 22,4% das mulheres negras têm Carteiras de Trabalho, sendo de 30,9% a proporção encontrada para as brancas”.

Na Tabela a seguir (Tabela 9), é mostrada a distribuição percentual das mulheres negras e brancas trabalhadoras em ocupações da agropecuária e extrativa vegetal e animal. Observe-se que, nas faixas de rendimento inferiores (até 1/2 salário mínimo), as mulheres negras aparecem representadas em mais que o

TABELA 9 Mulheres economicamente ativas alocadas na agropecuária extrativa vegetal e animal para o Brasil

Salário Mínimo	Branças	Negras
até 1/4	6,2	14,5
até 1/4 a 1/2	13,1	26,4
de 1/2 a 1	18	20,9
de 1 a 2	7,9	5
de 2 a 5	1,5	0,6
de 5 a 10	0,2	0,05
de 10 a 20	0,09	0,01
mais de 20	0,04	-
Sem rendimento	52,6	32,1
Sem declaração	0,2	0,3
Total (%)	100	100
Total (em mil)	652	917

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980.

9 OLIVEIRA, Lúcia Elena G. *Algumas questões sobre o trabalho da mulher negra*, mimeo, p.16.

dobro que as mulheres brancas, sendo que enquanto 19,3% dessas ganham até 1/2 salário mínimo. Tal porcentagem para as mulheres negras sobe para 40,9% nessa mesma faixa de rendimento. Acrescente-se que 58,4% da mão de obra feminina alocada nesse grupo ocupacional é negra e, embora maioria, percebe rendimentos desproporcionalmente inferiores dentro de um grupo ocupacional caracterizado pela atividade manual e pelo baixo grau de instrução.

A mulher branca percebe vantagens em todas as faixas de rendimento e, em sua maioria, aparece sem rendimento, o que pode ser indicador ou reflexo do acesso privilegiado do grupo branco à terra.

### 3. Consequências políticas/ideológicas

No esforço de configuração de um movimento de mulheres negras, está refletido o sentido e a complexidade da problemática da mulher negra na sociedade brasileira.

Ao situar-se na intersecção do Movimento Negro e do Movimento Feminista, exprime a identidade com a problemática decorrente do racismo e discriminação racial e, ainda, com as questões gerais colocadas pelo sexismo.

Porém, tais identidades não se mostram suficientes, tanto para a erradicação do machismo na população negra como para a supressão do racismo enquanto ideologia introjetada na população branca em geral, e feminina em particular.

Disso, tem resultado o surgimento de departamentos femininos nas diversas entidades negras, ou a emergência de entidades femininas negras em diversos estados do país em função da dificuldade, tanto do Movimento Negro quanto do Movimento Feminista, em absorver, de maneira efetiva, a problemática específica da mulher negra.

### 3.1. Desigualdades inter-raciais

Os dados estatísticos apresentados anteriormente permitiriam visualizar que os negros, em geral, têm acesso limitado ao mercado de trabalho e à mobilidade social por causa ou em função de formas de discriminação racial presentes em nossa sociedade. Contudo, o homem negro, a despeito do racismo e da discriminação racial, ao ser comparado à mulher negra, apresenta vantagens relativas que só podem ser atribuídas à sua condição sexual, isto é, a partir da análise de alguns indicadores sociais, evidencia-se que nascer homem negro, em termos de oportunidades sociais, é menos desastroso do que nascer mulher negra. O caráter da desigualdade baseada na diferenciação de sexo se acentua quando se considera que as diferenças existentes entre homens e mulheres negras, em termos de instrução (vide Tabela 2), são irrelevantes para justificar as diferenças presentes entre ambos quanto à auferição de renda.

Oliveira, Porcaro e Araújo Costa, no estudo "Repensando o lugar da mulher negra", apresentam o quadro, a seguir, de diferenciais de rendimento encontrados entre homens e mulheres negras nos diversos grupos ocupacionais.

Em todos eles, a mulher negra encontra-se em situação de inferioridade, percebendo, em termos de rendimento médio mensal, entre 29,5% a 72,0% do que ganha o homem negro.

Em São Paulo, como mostra a Tabela 10, tais disparidades entre homens e mulheres negras são mais evidentes em duas faixas de rendimento: mais de 1/2 a 1 salário mínimo e mais de 2 a 5. Na primeira, as mulheres negras aparecem em mais que o dobro dos homens negros. Na segunda, a situação se inverte (já que a maioria das negras fica nas faixas anteriores), correspondendo a um terço dos homens negros.

Considerando que 5 salários mínimos representam, seja em São Paulo, seja no Brasil, o limite que a população negra chega a ganhar, os efeitos do sexismo se evidenciam, visto que ganham

de 2 a 5 salários mínimos 33,4% dos homens pretos e 37,2% dos pardos, contra 11% das mulheres pretas e 12,0% das pardas. Na faixa superior (de 5 a 10 salários mínimos), as mulheres negras começam a desaparecer, enquanto os homens pretos e pardos comparecem respectivamente com 4,1% e 5,6%.

Categorias socio-ocupacionais	Diferenças de rendimento mulheres negras/ homens negros
Total	57,5
1. Ocupações de nível superior, empresários e administradores	65,8
2. Ocupações de nível médio e pessoal de escritório	61,4
3. Empregados em ocupações em agropecuária vegetal	68,4
4. Trabalhadores autônomos e não remunerados em ocupações de agropecuária e extrativa vegetal	29,5
Trabalhadores autônomos em ocupações da agropecuária e extrativa vegetal	46
5. Empregados em ocupações da indústria de transformação e extrativa mineral	56,4
6. Empregados em ocupações da construção civil	65,8
7. Empregados em ocupações de comércio	72
8. Empregados em ocupações de transportes	63,5
9. Empregados em ocupações de prestação de serviços	52,7
10. Trabalhadores autônomos e não remunerados em ocupações da indústria e do comércio das prestações de serviços e dos transportes	34,2
Trabalhadores autônomos em ocupações da indústria, comércio, prestação de serviços e transportes	35,6
Trabalhadores autônomos em ocupações da prestação de serviços	56,8
11. Outros	53,8

Fonte: Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1980. DEISO/IBGE.

Em relação ao Brasil, essas diferenças assumem proporções brutais, havendo 10% a mais de mulheres que homens negros ganhando até 1/4 de salário mínimo, mantendo tal porcentagem na faixa posterior (de 1/4 a 1/2). Na faixa de 2 a 5 salários mínimos, a diferença, embora alta, diminui significativamente em relação a São Paulo, já que, para o restante do país, há um empobrecimento maior ainda do homem negro. Note-se que ele aparece, no Brasil, em 2,2% de pretos e 3,2% de pardos na faixa de 5 a 10 salários mínimos, enquanto em São Paulo, essas porcentagens sobem para 4,1% e 5,6%, respectivamente.

Em síntese, as mulheres e homens negros em São Paulo aparecem melhor distribuídos em relação ao Brasil nas faixas de rendimento, expressando as “vantagens” relativas oferecidas por São Paulo, dada sua importância econômica, grau de urbanização e desenvolvimento em relação ao restante do país.

No entanto, é ainda em São Paulo que as diferenças entre homens e mulheres negras são mais acentuadas em termos de auferição de renda, fazendo supor que as melhores chances de trabalho encontradas em São Paulo vêm acompanhadas da exacerbação dos efeitos tanto do racismo quanto do sexismo, considerando que tanto a competição entre homens e mulheres se acirra no mercado de trabalho quanto a competição entre os grupos raciais, já que no resto do país o confinamento dos dois grupos aos seus lugares “naturais” é maior.

Portanto, a lógica racista e machista presente no mercado de trabalho determina que, assim como o racismo estabelece vantagens sociais para o grupo branco em geral, a ideologia machista, de maneira similar, garante vantagens aos homens em geral, beneficiando indiretamente segmentos masculinos dos grupos estigmatizados racialmente.

Entre os negros, esse mecanismo determina que as diferenças entre homens e mulheres quanto à obtenção de renda sejam mais significativas que entre os demais grupos raciais, fazendo



TABELA 10 Salário Mínimo

Cor	Sexo	Localidade	Até 1/4	De 1/4 a 1/2	De 1/2 a 1	De 1 a 2	De 2 a 5	De 5 a 10	De 10 a 20	Mais de 20	Outros	TOTAL	
Branco	Homens	SP.	0,6	1,7	8,2	27,5	36,5	13,2	6	2,7	3,8	100	
		Brasil	1,5	4,2	15	28	28	9,5	4,7	2,1	6,9	100	
	Mulheres	SP.	2,2	6,1	18	35,2	25,2	6,7	1,7	0,3	0,3	4,4	100
		Brasil	5,6	9	20,1	29,4	19,4	5,4	1,5	0,3	0,3	9,2	100
Pretos	Homens	SP.	0,9	2,6	13,5	41,7	33,4	4,1	0,6	0,1	3	100	
		Brasil	3,1	8,7	28,2	33,3	17,5	2,2	0,4	0,08	6,4	100	
	Mulheres	SP.	3,2	10	30	41,8	11	0,8	0,09	0,003	3	100	
		Brasil	13,7	19,1	29,9	23,9	5,5	0,5	0,08	0,007	7,2	100	
Pardos	Homens	SP.	0,7	2,1	11	38,8	37,2	5,6	0,9	0,2	3,4	100	
		Brasil	3,4	9,4	26,9	28,7	17,3	3,2	0,9	0,3	9,4	100	
	Mulheres	SP.	3,1	8,8	27	44,1	12	1,1	1,1	0,03	3,9	100	
		Brasil	14,8	17,4	26	21,3	7,3	1,2	0,2	0,04	11,6	100	
Amarelos	Homens	SP.	0,2	0,6	3,1	11,8	33,1	23,3	15,7	7,1	5,1	100	
		Brasil	0,6	1,7	5,7	13,5	30,8	20,6	14	6,8	6,1	100	
	Mulheres	SP.	0,3	1,3	6,6	21,4	38,8	15,5	4,1	0,9	10,9	100	
		Brasil	1,5	2,6	8,6	21,7	35,4	14	3,7	0,8	11,7	100	

Fonte: IBGE. Censo de 1980.

supor que um dos efeitos da conjugação de racismo e sexismo está no alargamento da distância entre homens e mulheres desse grupo racial, as mulheres negras a níveis maiores de dependência, malgrado a importância de sua participação nas estratégias de sobrevivência do grupo negro.

Note-se que tais dispositivos determinam que, nas faixas de rendimento consideradas anteriormente, o homem negro apareça mais próximo dos percentuais encontrados para as mulheres brancas, ou seja, o homem negro apresenta diferenças percentuais menores em relação à mulher branca que em relação à negra.

Essas desigualdades no interior do mesmo grupo racial resultam em contradições políticas e ideológicas, das quais as palavras de um militante negro são ilustrativas:

“[...] o branco possibilita a um negro paulatinamente galgar espaços e quando ele galgou esse espaço, ele faz aquilo que é uma coisa terrível: ele corta a melhor cabeça que a comunidade negra produziu e o coopta para dentro de si, seja ele engenheiro, professor, o que for, ele passa a colaborar... ele teve espaço cultural, ele tem acesso a lazer e ao bem-estar. Aí ele olha para si e fala ‘eu estou sozinho aqui, não existem mais mulheres negras para mim...’ Na verdade, é uma ideologia ao mesmo tempo racista, ao mesmo tempo fundada na suposta desigualdade entre os indivíduos de que eu não posso ir a São Mateus para conversar com uma negra porque ela não vai entender nada dos filósofos que eu li. Ou seja, esse processo é aquilo que a gente chama de acefalização da comunidade negra, ou seja, o corte das melhores cabeças que existem no Movimento Negro para que elas fiquem dentro do universo branco e perdidas em relação ao Movimento Negro. Isso é uma violência terrível”<sup>10</sup>.

Portanto e paradoxalmente, as vantagens percebidas socialmente pelo homem negro frente à mulher negra introduzem,

10 MARIA, Vanderlei José. Depoimento prestado no “Encontro Estadual de Mulheres Negras”. São Paulo, agosto de 1984.

em alguns dentre os considerados “melhores sucedidos” da população negra, o viés da cooptação e da alienação em relação à comunidade negra.

Essas questões têm sensibilizado de maneira especial as mulheres negras, no tocante ao fato dessa alienação vir resultando na preferência manifesta desse tipo de homem negro por mulheres brancas, como consequência desse processo de alienação e colonização nos valores estéticos brancos.

A expressividade de tal comportamento pode ser mensurada pelas taxas de casamentos interétnicos encontrados por Oliveira, Porcaro e Araújo Costa ao indicarem que “a tendência de homogeneidade racial também se aplica aos negros mas de forma menos nítida, isto é, verificamos que na medida em que aumenta o nível de rendimento dos chefes negros (pretos e pardos) e o nível educacional, há uma proporção expressiva desses que se casam com mulheres brancas – cerca de 36,9% dos chefes negros que têm entre oito e dez anos de estudo e 43,2% dos que têm onze anos e mais. É interessante mostrar que dos chefes brancos em igual situação, apenas 8,7% e 4,8%, respectivamente, casam com mulheres negras”.<sup>11</sup>

A demonstração da desigualdade de oportunidades existentes entre homens e mulheres negras não deve conduzir a que se pense que estejamos relativizando o peso da discriminação racial sobre o homem negro. Os dados já apresentados são suficientes para demonstrar que os homens negros em geral e o designado preto em particular encontram-se em situação de marginalização superior às mulheres brancas e amarelas.

De igual maneira, não cabe ainda a suposição de que uma perspectiva feminista para o movimento de mulheres negras passe pela oposição ou distanciamento do homem negro. A propósito, vale recordar Lélia Gonzalez quando, avaliando a

importância da participação da mulher negra nos movimentos negros, enfatiza que “a presença da mulher negra tem sido de fundamental importância, uma vez que, compreendendo que o combate ao racismo é prioritário, ela não se dispersa num tipo de feminismo que afastaria de seus irmãos e companheiros”.<sup>12</sup>

Portanto, o que se coloca aqui é a necessidade de destacar os efeitos perversos que a ideologia machista tem para a luta empreendida pelo grupo negro em geral, na medida em que, objetivamente, tanto quanto o racismo, o sexismo atua como componente intrínseco da subalternidade de expressivo contingente da população negra, as mulheres negras. Decorrem daí as desigualdades existentes entre homens e mulheres negras, gerando, entre outras condições, a fragmentação da identidade racial.

Acrescente-se ainda que esse conjunto de desvantagens sofridas pelas mulheres negras tem retardado o surgimento de quadros femininos negros atuantes politicamente na escala e proporção que a luta do negro exige, o que resulta em fator de enfraquecimento do Movimento Negro como um todo. Esse será tão mais expressivo e contundente quando puder contar politicamente com toda a coragem e combatividade que a mulher negra vem demonstrando historicamente no cotidiano da gente negra.

Desse ponto de vista, o combate à ideologia machista diz respeito a homens e mulheres negras em geral, pois a opressão que tal ideologia promove sobre as mulheres em geral, entre nós negros, tem significado especial.

Assim como o define o poeta negro Arnaldo Xavier, “o machismo é, por excelência, o espaço de solidariedade existente entre homens negros e brancos” e o resultado principal de tal “solidariedade” é a ampliação dos níveis de exploração sobre a mulher negra, pois o homem negro só se beneficia concretamente dela diante da mulher negra, já que quando está em questão a disputa pelas

11 OLIVEIRA, PORCARO e ARAÚJO COSTA. *O lugar do negro na força do trabalho*, p. 100.

12 GONZALEZ, Lélia. *Op. cit.*

melhores oportunidades do mercado de trabalho, os mais altos dividendos gerados socialmente, a coisa se torna "briga de brancos e/ou asiáticos", onde negro não entra, seja homem ou mulher.

Os dados apresentados revelam a impotência do homem negro diante dos mecanismos de discriminação racial para superar, por exemplo, a barreira dos 5 salários mínimos.

No Brasil, nas faixas superiores de rendimento, percebem mais de 10 a 20 salários mínimos dentre os homens economicamente ativos, 14% dos amarelos, 4,7% dos brancos, 0,9% dos pardos e 0,4% dos pretos e ainda 1,5% das mulheres brancas.

Percebendo mais de 20 salários mínimos, acham-se 0,08% dos homens pretos, 0,3% dos pardos, 0,3% de mulheres brancas, 2,1% de brancos e 6,8% dos amarelos.

### 3.2. A mulher negra e o movimento feminista

Tal como se pode apontar, a fragilidade da identidade racial para subtrair a ideologia machista no interior da população masculina negra, assim como a identidade feminina, não é elemento suficiente, como vimos anteriormente a partir da análise de alguns indicadores socioeconômicos, para oferecer às mulheres em geral um perfil semelhante quanto a desigualdades sofridas socialmente, visto que são evidentes as vantagens significativas percebidas especialmente pelas mulheres brancas (dada sua importância numérica, ao contrário das amarelas) quanto ao acesso à educação, à estrutura ocupacional e à obtenção de renda. Supõe-se a partir daí que elas tenham sido as principais beneficiárias da diversificação de posições ocupacionais ocorridas no país nas duas últimas décadas pelo incremento da divisão técnica do trabalho e o consequente expressivo aumento da PEA Feminina no período, em especial da década de 1970.

"Em definitivo, as mulheres não só tendem a conseguir uma melhor distribuição na estrutura ocupacional, como também

abandonam os setores de atividades que absorvem a força de trabalho menos qualificada e pior remunerada, para ingressar em proporções crescentes na indústria e nos serviços modernos. As tendências observadas permitem sugerir, de maneira provisória, a possibilidade de uma diferenciação dos mercados de trabalho para as mulheres: enquanto as mulheres oriundas das classes populares, com baixos níveis de escolaridade, tendem a concentrar-se na prestação de serviços e nos empregos ligados à produção na indústria, as mulheres de classe média, dotadas de níveis mais elevados de educação formal, dirigem-se para os serviços de produção e de consumo coletivo".<sup>13</sup>

Portanto, as tendências observadas pelos autores, juntamente com os dados apresentados, permitem inferir (visto que está claro a quem diz respeito de maneira majoritária o conceito de classes populares) que o quadro verificado em relação às mulheres negras será dificilmente revertido em médio e longo prazos sem a intervenção de medidas concretas que permitam romper com as desvantagens cumulativas decorrentes da discriminação racial que expõe o negro em geral, e a mulher negra em particular, na sociedade brasileira, a um círculo vicioso de desvantagens em qualquer aspecto da vida social.

As desigualdades apontadas entre negras e brancas antecipam por si só as tensões que política e ideologicamente acarretam, colocando, na maioria das vezes, brancas e negras em contradição politicamente, malgrado a condição feminina.

Inegavelmente, o Movimento Feminista Nacional vem lutando historicamente contra as diferentes formas de discriminação sexual que atingem as mulheres em geral. E é precisamente nesse *geral* que residem as dificuldades, na medida em que "o pressuposto que afirma a identidade feminina como um campo de significações particulares incorre no risco de não considerar a

<sup>13</sup> HASENBALG, Carlos; VALLE SILVA, Nelson do. Op. cit., p.40.

complexidade das relações sociais. Tal complexidade implica na inexistência de totalidades femininas e masculinas isentas de diferenciação. O que vale dizer que o feminismo, ao reivindicar o direito à diversidade, se refere à valorização de determinados traços de comportamento dito feminino (emotividade, fragilidade) destinando ao silêncio o conjunto de atitudes femininas que é contraditório, ambíguo, repleto de nuances”.<sup>14</sup>

A prevalência desses traços no interior do discurso feminista, se por um lado questiona certos níveis da realidade feminina, aprisiona outros dentro desse quadro de referências, generalizando uma “identidade feminina” a *femininos* historicamente construídos de maneira diferenciada, isto é, apresenta às mulheres uma problemática uniformizada que aparentemente explica, resgata, padronizando experiências diversas.

O primeiro efeito de tal discurso é de colonização, ou seja, as portadoras de problemáticas distintas tendem a ajustar suas complexidades ao campo explicativo fornecido por essa hipotética identidade feminina. As dificuldades de tal ajuste têm resultado ora em adequação e crítica, ora em oposição radical, ora em demarcação de especialidade no interior desse discursos que funcionam como elementos “aperfeiçoadores” do mesmo que, tal como as cartas de programas dos partidos políticos, constituem-se em subtemas das questões gerais do Movimento Feminista: a mulher negra, a mulher indígena, a mulher lésbica etc.

Ora, ao falar de mulheres negras e de discriminação racial, não se está falando de nenhuma minoria, ou subtema. Falamos de quase 50% da população feminina nacional, visto que 44% da população brasileira é composta por negros, seus descendentes das diversas matrizes, e indígenas, e que todos sofrem processo semelhante de discriminação racial, tal como afirmam os dados já apresentados.

14 PONTES, Heloísa. *Notas sobre o problema da violência, do ponto de vista antropológico e feminista*. In: Seminário Zahide Machado Neto, Fundação Carlos Chagas e Neim - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher. Salvador, maio 1984, p.116.

Portanto, dada a importância numérica da população feminina descendente de negros, bem como dos problemas decorrentes do racismo que atinge tal contingente feminino, a variável cor deveria se introduzir necessariamente como componente indispensável na configuração efetiva do Movimento Feminista Brasileiro.

O escamoteamento de tal questão ou a sua relativização tem, entre outras coisas, impossibilitado a explicitação de conteúdos originais presentes em parcela expressiva das mulheres brasileiras, e estabelece para nós, negras, a necessidade de privilegiar a questão racial sobre a sexual, ainda porque a opressão sobre a mulher negra na sociedade brasileira não advém originalmente de diferenças biológicas, e sim raciais.

Tal como afirma Lélia Gonzalez, “o sistema (colonial) não suavizou o trabalho da mulher negra. Encontramo-la nas duas categorias citadas: trabalhadora do eito e a mucama”.<sup>15</sup> Sua condição biológica propiciou apenas um alargamento nos níveis de exploração a que estava submetido o negro em geral, já que, enquanto fêmea, podia-se extrair-lhe ainda o leite para amamentar os futuros opressores e aliviar taras sexuais dos senhores.

O discurso feminista sobre a opressão da mulher oriunda das relações de gênero que estabelece a ideologia patriarcal não dá conta da diferença qualitativa que esse tipo de opressão teve e ainda tem na construção da identidade feminina da mulher negra. No interior do discurso feminista, “a opressão ganha... um caráter ‘universalista’ pois supõe que por trás das diferenças sociais exista uma identidade que se afirma pela interdição. Observa-se ainda descrita a ideia de que essa opressão sustenta-se nos valores que são atribuídos a diferenças biológicas culminando na maneira pela qual se efetiva a divisão dos papéis sociais”.<sup>16</sup>

15 GONZALEZ, Lélia. Op. cit.

16 PONTES, Heloísa. Op. cit., p.115.

As condições de anomia em que vivia a população negra durante a escravidão não permitiram ao homem negro exercer, sobre a mulher negra, a opressão “paternalisticamente opressora” a que estavam submetidas as mulheres brancas. Igualmente, as relações estabelecidas entre homem branco e mulheres negras evidentemente estavam longe de reproduzir as formas de opressão características das relações de gênero entre brancos.

A constituição da família negra nos moldes da família nuclear burguesa ou monogâmica é fenômeno historicamente recente e não totalmente consolidado, expressando antes um ideal de padrão familiar a ser atingido naquilo que ele representa ideologicamente como indicador de integração social do que uma estrutura concretamente possível, dadas as precárias condições de existência da população negra.

Portanto, as mulheres negras advêm de uma experiência histórica diferenciada, marcada pela perda do poder de dominação do homem negro por sua situação de escravo, pela sujeição ao homem branco opressor e pelo exercício de diferentes estratégias de resistência e sobrevivência. Enquanto a relação convencional de dominação e subordinação social da mulher tem como complementaridade a eleição do homem como provedor, temos o homem negro castrado de tal poder enquanto escravo e posteriormente enquanto aliado do processo de industrialização nascente. A recuperação da condição de provedor familiar é, para o homem negro, historicamente também fenômeno recente, e os dados apresentados revelam ainda presentemente, a precariedade de tal condição.

O caráter antifeminista atribuído às mulheres negras brasileiras resulta fundamentalmente da incapacidade do Movimento Feminista em contemplar este elenco de questões geradoras de diferenças de oportunidades efetivas que existem entre brancas e negras em todos os setores da vida social, pois as críticas e reivindicações decorrentes da atuação das mulheres

brancas feministas, embora denunciando os estereótipos que estigmatizam as mulheres socialmente, se eximiu da denúncia contundente sobre os aspectos em que tais estereótipos mantêm elementos de privilegiamento racial. Um exemplo concreto disso é a exigência de “boa aparência” tão frequente nos anúncios de emprego, eufemismo utilizado para esconder o imperialismo e etnocentrismo da estética branca, agindo como fator de alocação de recursos humanos na estrutura ocupacional.

Tal quesito, quando endereçado às mulheres, indica a reserva de parcela do mercado de trabalho para as mulheres brancas, ou seja, mesmo para as funções socialmente consideradas subalternas, como as destinadas às mulheres dentro das ocupações de melhor status ou não, o grupo branco garante para os seus quadros, mesmo os considerados inferiores como as mulheres brancas, o monopólio das melhores funções existentes no reduzido mercado de trabalho reservado às mulheres, tal como já visto na Parte 2.

Logo, “é bom ressaltar que a luta da mulher branca pela sua equiparação ao homem ante os meios de desenvolvimento do pensamento e ação a diferencia da mulher negra, já que à mulher branca está assegurada historicamente uma certa mobilidade vertical na sociedade, o que se contrapõe não só à mulher negra mas também ao homem negro... no sentido explícito que: a liberdade pleiteada pela mulher branca implica visceralmente na exclusão da mulher negra, já que esta não está identificada com a outra pelo sistema valorativo rácico-etnocêntrico que delega à mulher negra as tarefas mais ínfimas da sociedade brasileira”.<sup>17</sup>

Assim, se a divisão sexual do trabalho configurou papéis à mulher que o Movimento Feminista busca questionar e redefinir, a divisão racial do trabalho instaura papéis e funções diferenciadas no interior do grupo feminino onde a avaliação dos custos e

<sup>17</sup> XAVIER, Arnaldo. *Comunicação apresentada no I Encontro Estadual de Mulheres Negras*. São Paulo, agosto 1984.

benefícios auferidos expressa os níveis diferenciados de exploração e opressão que cabe a mulheres dos diferentes grupos raciais.

Conclui-se que “a visão segundo a qual o racismo só gera ganhos materiais para a classe capitalista e perda para todos os trabalhadores subestima os benefícios econômicos e não econômicos ao longo do tempo por uma parcela significativa da população branca pelo simples confinamento do negro às posições inferiores da hierarquia social. De fato, o resultado das práticas racistas de seleção social é o acesso preferencial dos brancos às posições de classe que comportam maior remuneração, prestígio e autoridade”.<sup>18</sup>

Essas condições processam desdobramentos ideológicos e, da mesma forma, a crítica feminista não atuou sobre o aparato ideológico machista e racista naquilo em que ele, ao instituir a mulher branca como padrão estético e ideal feminino, se constituiu em forma de opressão para as mulheres não brancas em geral, atuando de forma imperialista sobre as demais mulheres na medida em que ele reflete também a quem é delegado o estatuto de padrão ou ideal feminino nesse tipo de sociedade.

Como aponta um militante negro, “[...] toda construção ideológica, toda a representação europeia do romance, do romantismo, da paixão e do amor, foi sempre pensando a mulher branca como musa. À mulher negra nunca foi dada a condição de musa... em relação à mulher negra, qual o olhar que temos para ela? O olhar que nós temos para a mulher negra é o olhar daquela que é fruto erótico, uma coisa para ser comida. É a representação que o Affonso R. Sant’Ana faz: ‘a mulher negra não é musa, ela é um fruto, uma coisa a ser comida’”<sup>19</sup>.

O aprofundamento da reflexão acerca de tais estereótipos indica que eles atuam também como fatores de preservação de um mercado afetivo às mulheres brancas, no qual homens negros e

não brancos em geral se inserem como mercado alternativo pela desqualificação estética de negra e não brancas em geral, associado ao grau de comprometimento de parcela de homens negros nos valores estéticos ocidentais.

Em pesquisa realizada por Irene Maria Barbosa, a autora constata que “quando o casamento é misto, a tendência maior é do cônjuge branco ser de classe inferior à do negro, observando-se tal tendência também nas relações de namoro”.<sup>20</sup>

Portanto, a brancura é por si só capaz de nivelar diferenças sociais e de classe. Esse aspecto de deserção do homem negro em relação à mulher negra indica que a mulher branca, além de se beneficiar da hegemonia econômica do homem branco, seu parceiro natural, pode, em caso de fracasso no seu mercado afetivo principal, lançar mão dos quadros masculinos negros melhor sucedidos economicamente (evidentemente não ideologicamente), pois tal como ilustra Vanderlei José Maria, “[...] quando um homem negro se define por uma branca, o que está definido já na cabeça dele são todas as estruturas que ditam essa opção para ele... é que a representação ideológica, branca, chegou a tal nível no inferior desse negro, que é impossível recuar, até mesmo na sua intimidade, da representação branca... e essa representação me parece extremamente violentadora e racista... porque nessa relação em que está escamoteada a relação de dominação branca, da mulher branca, porque ela tem o privilégio da raça, porque ela detém o mérito estético para manter o mérito físico... Quero deixar claro que a pior coisa que existe numa relação amorosa, numa relação de brancos e negros, é não perceber que existe uma tensão ideológica, que o branco mantém privilégios, independentemente de qualquer coisa, por ser branco, e o negro possui desvantagens por ser negro...”.<sup>21</sup>

18 GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*, p.80.

19 MARIA, Vanderlei José. *Comunicação apresentada no I Encontro Estadual de Mulheres Negras*. São Paulo, agosto 1984.

20 BARBOSA, Irene Maria. *Socialização e relações raciais: um estudo da família negra em Campinas*, p.119.

21 MARIA, Vanderlei José. *Idem*.

O caráter devastador que esse conjunto de práticas discriminatórias que vão desde as restrições sofridas no mercado de trabalho aos estereótipos negativos que estigmatizaram de maneira especial as mulheres negras pode ser medido pelas palavras da militante negra Adélia Santos, a propósito do baixo grau de expectativa encontrado entre mulheres negras cariocas sobre sua inserção no mercado de trabalho: "A gente começou a ver que principalmente as meninas, o que elas pediam como uma iniciação profissional, eram as profissões mais baixas, queriam preparação para serem domésticas, culinária, manicure, e a gente tentou ver porque isso, e aí começamos um trabalho de arte cênica com elas e se chegou à conclusão que a autoestima dessas meninas é baixíssima, porque elas não esperam nada... Por exemplo, se a mãe é doméstica, elas acham que devem ser, e muitas delas já estão inseridas na prostituição (14 ou 15 anos), trocadoras de ônibus, etc."<sup>22</sup>

Em outro nível, o depoimento corajoso da Vereadora negra Benedita Silva dá conta das sequelas desse processo de opressão: "Eu quero contar uma coisa pra vocês muito dura. Eu já tomei muito banho e botava água sanitária no banho e eu era apenas uma menina... botava água sanitária porque eu tinha que clarear a minha pele e a água sanitária clareava a roupa... Quando tinha casamento, eu enrolava aqueles pedaços de véus que ficavam, eu botava bem comprido porque o que eu queria mesmo era o meu cabelo liso, comprido... até eu entender a minha negritude, o meu cabelinho duro, era alisante mesmo..."<sup>23</sup>

Como consequência desse elenco de contradições, mulheres negras e brancas se defrontam no espaço do Movimento Feminista de forma conflitante e desconfiada, resultado de referências históricas, políticas e ideológicas diferenciadas que determinam

<sup>22</sup> SANTOS, Adélia, militante negra feminista do IPCN, Rio de Janeiro. *Depoimento ao I Encontro Estadual de Mulheres Negras*. São Paulo, agosto 1984.

<sup>23</sup> SILVA, Benedita. *Depoimento ao I Encontro Estadual de Mulheres Negras*. São Paulo, agosto 1984.

óticas diferentes quanto a problemas comuns. Tome-se como exemplo concreto dessas divergências as questões referentes ao planejamento familiar e controle de natalidade.

São diversas as experiências etnocidas empreendidas historicamente contra a população negra, que vão desde as formas arcaicas de miscigenação racial, pela utilização da mulher negra como objeto sexual, às ações criminosas decorrentes da cotidiana violência policial sofrida pela população negra, às políticas de controle de crescimento da população negra, como o projeto elaborado por Benedito Pio do GAP, durante o governo Paulo Maluf em São Paulo, com vistas à esterilização de mulheres negras sob a alegação de que, se não contido tal crescimento populacional negro, no ano 2000 constituiríamos a maioria da população brasileira e poderíamos ascender ao poder. E, ainda, as sucessivas e escandalosas denúncias de esterilização maciça de mulheres de classe subalterna através de clínicas clandestinas ou pela distribuição arbitrária de contraceptivos.

Todas essas estratégias vêm desenvolvendo uma atitude fóbica, especialmente nas mulheres negras militantes, em relação à política controlista, na medida em que o alvo principal a que elas tendem a se endereçar é sobre nós, negras.

Para nós, mulheres negras, a conjugação das discriminações de raça, sexo e classe implica em tríplice militância, visto que nenhuma solução efetiva para os problemas que nos afligem pode advir da alienação de qualquer desses três fatores.

É a emergência desse tipo de consciência entre as mulheres que permitem a Benedita Silva afirmar que a reivindicação de bica d'água é para a mulher negra favelada uma questão feminina, visto que o exercício satisfatório da sexualidade está condicionado, entre outras coisas, à existência de água na favela, por exemplo, para a assepsia do ato sexual.

Igualmente, a aliança entre negras e brancas e o próprio avanço do Movimento Feminista Nacional depende fundamentalmente da

absorção de questões aqui levantadas, bem como da busca de soluções conjuntas, de forma a “[...] sugerir um caminho distinto do que o que vem sendo trilhado por muitos daqueles e daquelas que pensam poder realizar tal ruptura com a construção de uma história que não seja machista, mas que permanece branca”.<sup>24</sup>

#### 4. Conclusão

Este trabalho não consiste apenas numa reavaliação da situação da mulher negra nos anos 1980 sob o prisma de sua participação na estrutura ocupacional, quanto a nível de instrução e rendimento. Busca contemplar também as condições em que vive especificamente a população negra em São Paulo e no Brasil, consubstanciando a existência de uma divisão racial e sexual do trabalho que acentuam desníveis sociais no âmbito da estrutura socioeconômica e cultural do país, reiterando diversos estudos já realizados sobre o negro brasileiro. Constata-se que:

- 1 A mulher negra não participa do processo produtivo em igualdade de condições com homens brancos, negros, amarelos, e mulheres brancas e amarelas, situando-se, assim, na base da hierarquia social, penalizada em relação a oportunidades e mobilidade na estrutura ocupacional;
- 2 As diferenças abruptas que geram essas distorções permeiam a luta da mulher negra, imprimindo-lhe um caráter específico, determinado e elaborado por forças políticas e econômicas bem vivas e atuantes decorrentes de uma prática social etnocida, que se estende ao homem negro com intensidade semelhante;

<sup>24</sup> MAGALHÃES, Elizabeth K.C.; GIACOMINI, Sonia M. A Escrava ama de leite - anjo ou demônio. In: *Mulher Mulheres*. Cortez Editora, Fundação Carlos Chagas, p.74.

- 3 Que o quadro abaixo representa o quociente de distribuição de oportunidade sociais/raciais no Brasil onde, em termos de renda e educação, as mulheres brancas estavam melhores do que os homens negros em 1980, evidenciando o peso do privilégio da raça sobre a condição sexual.

A distância entre homens e mulheres negras expressa, diferentemente, o resultado do machismo e do sexismo presentes nos mecanismos de seleção social para posições na hierarquia, onde sexo e raça atuam cumulativamente para configurar as desvantagens da mulher negra mesmo e relação ao homem negro, e que as ideologias da ascensão social e de embranquecimento tendem a incrementar;

	Branco	Negro
Homens	1	3
Mulheres	2	4

- 4 Que nesse contexto, à margem do processo de educação e do processo de luta em torno apenas da relação homem x mulher, uma vez que o peso de sua participação no mercado de trabalho é definido pelas desigualdades impostadas pelo preconceito e discriminação etnosexual; contradições estas muito mais arcaicas do que a luta de classes;
- 5 Ressalte-se que os modelos econômicos que nortearam as políticas governamentais nas últimas décadas ampliaram os desníveis regionais, e nesse contexto também tiveram suas conotações discriminatórias e genocidas, especialmente em relação aos negros. Do enriquecimento ilícito à institucionalização da corrupção; da excessiva especulação do capital financeiro ao privilegiamento (em rodízios) de determinados setores da economia, se estabeleceu uma sociedade de consumo de bens artificiais sob os impactos de uma modernização dos meios de produção e comunicação, principalmente nos



grandes centros urbanos, contrastando com as ínfimas condições de subsistência, acentuando profundas desigualdades entre indivíduos e grupos.

Embora o presente estudo não possua uma abrangência que possibilite detectar a situação da mulher negra em outros aspectos inerentes à sua sobrevivência, há de se concluir ou inferir sobre a precariedade quanto à saúde e habitação da população negra no Brasil, dispersa no trágico percurso da senzala à favela na periferia das grandes cidades.

Dos dados apresentados, resulta que a reversão de tal quadro negativo dos negros em geral e das mulheres negras em particular, depende, entre outras coisas, de um esforço educacional centrado na população negra; da instauração de medidas legislativas e punitivas eficazes no combate à discriminação racial em todas as suas manifestações, e em especial, no mercado de trabalho; do combate sistemático aos estereótipos negativos veiculados sobre os negros nos meios de comunicação de massa, nos livros didáticos etc.

No momento em que a sociedade brasileira se organiza em torno do reestabelecimento das liberdades democráticas através da convocação de Nova Constituinte, introduz-se como pré-requisito para o pleno exercício da democracia que se "erradique o mais grave arbítrio desta sociedade que é a discriminação racial que infelizmente contra nós negros, tem se constituído numa prática social, independente de conjunturas"<sup>25</sup>, tal como expresso em documento do "Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo":

"Nós mulheres negras representamos a maior violência que uma sociedade machista e racista tende a perpetuar..., por isso lutamos pelos direitos da mulher, que para nós significa antes de tudo o direito e o respeito à diferença... por isso lutamos também pela Constituinte, confiantes de que a igualdade entre os

<sup>25</sup> Documento do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, março 1985.

sexos e o reconhecimento da equivalência racial realizam os anseios de todas nós por uma sociedade democrática, que só pode ser consolidada através do pleno exercício dos direitos civis.

Portanto, acreditamos que a conquista da equiparação entre os sexos e entre as raças, aliados à criação de formas democráticas de convivência social e racial, são as condições necessárias para se atingir a pacificação social, que para nós significa, entre outras coisas, a supressão da violência policial contra a população negra, o fim do desemprego que nos atinge em trágica escala e a garantia de participação igualitária nos bens e valores produzidos socialmente"<sup>26</sup>.

## 6. Bibliografia consultada

- PACHECO, Moema de Poli T. Aguentando a barra. Uma reflexão sobre a família negra de baixa renda. DEISO/DINSO, outubro 1983, mimeo.
- \_\_\_\_\_. A família negra. Exame de algumas questões, mimeo.
- IBGE. Aspectos de situação sócio-econômica de brancos e negros no Brasil. Rio de Janeiro, mimeo.
- OLIVEIRA, PORCARO & ARAÚJO COSTA. Repensando o lugar da mulher negra. DEISO/IBGE, mimeo.
- \_\_\_\_\_. O lugar do negro na força de trabalho. DEISO/IBGE, mimeo.
- OLIVEIRA, Lúcia Elena G. Algumas questões sobre o trabalho da mulher negra. Trabalho apresentado na SBPC, 1981, mimeo.
- HASEMBALG, C & VALLE SILVA, Nelson do. Industrialização, emprego e estratificação social no Brasil. IUPERJ, *Série Estudos* no 23, fevereiro de 1984.
- PASTORE, José. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. EDUSP, São Paulo, 1979.
- BRUSCHINI, Cristina & MORAIS, Maria. Seminário Zahide Machado Neto, Fundação Carlos Chagas e Neim - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, maio/junho 1984.
- BARROSO, Carmem & COSTA, Arbertina O. *Mulher Mulheres*. Cortez Editora/Fundação Carlos Chagas, 1983.
- HASEMBALG, C.A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Graal, 1979.
- GONZALEZ, Lélia. *O papel da mulher negra na sociedade brasileira*, mimeo.

<sup>26</sup> Idem ao anterior.